

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

INTENÇÃO DE RECURSO:

Registro intenção de recurso, considerando que, entre outros, a empresa não atendeu o edital: enquadrada no Simples e regime cumulativo, no BDI apresentado não foram aplicados parâmetros e taxas coerentes com a Legislação pertinente; não demonstraram a composição adotada encargos sociais, bem como, não apresentaram planilhas de composições específicas aos serviços e locais objeto desta licitação.

[Voltar](#) [Fechar](#)

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

ILMO. SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO TRE-BA.
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 15/2020

MARCCARY ENGENHARIA LTDA. – pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.537.805/0001-37, estabelecida na Rua Nélio Tavares, nº 1035 sala 01, Natal/RN, por seu representante legal infra-assinado, tempestivamente, vem, com fulcro na alínea "a", do inciso I, do art. 109, da Lei nº 8666/93, à presença de Vossa Excelência, a fim de interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO,

contra a decisão dessa digna Comissão de Licitação que julgou habilitada a licitante Real Energy Ltda, inscrita no CNPJ Nº 41.116.138/0001-38, apresentando no articulado as razões de sua irrisignação.

I. DOS FATOS SUBJACENTES

É cediço, que O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, através de seu Pregoeiro (a), publicou edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2020, visando o objeto deste PREGÃO ELETRÔNICO, a Contratação de serviços elétricos com fornecimento de material de consumo para manutenção corretiva dos circuitos de tomadas elétricas e iluminação, incluindo a instalação de rabichos e extensões nos locais de votação e apuração das Zonas Eleitorais da Capital do Estado da Bahia, visando à realização das Eleições de 2020.

Com a realização da fase de disputa, análise da proposta de preço e habilitação, a empresa Real Energy Ltda foi declarada provisoriamente vencedora pelo Pregoeiro. Ocorre que são vislumbradas diversas irregularidades no ato que declarou a empresa vencedora, conforme será demonstrado a seguir:

II. DAS RAZÕES DA REFORMA

O processo administrativo licitatório é regido pela Lei 8.666/93, que prevê em seu artigo 3º:

" A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para administração e a promoção do desenvolvimento nacional, e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes aos correlatos. "

Como todo ato administrativo, a licitação é um procedimento formal, e a formalização obrigatória eleva a licitação ao patamar de processo administrativo.

A Lei de Licitações é a regra no procedimento licitatório, conferindo ao edital o status de lei, tendo força legal que vincula os atos e contratos, devendo o mesmo ser respeitado.

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório obriga a Administração a respeitar estritamente as regras que haja previamente estabelecido para disciplinar o certame, como aliás, está consignado no art.41 da Lei 8.666, que vejamos:

"A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada."

O Pregoeiro no chat solicitou que a empresa Real Energy Ltda enviasse a proposta e documentos de habilitação, atentando para o prazo estabelecido no edital; tendo a enviados estes documentos, contudo, os termos do Edital foram descumpridos, com seja:

1. A recorrida apresentou as composições de preços parte integrante da proposta com especificações, objeto e local de execução, diferentes das indicadas no Anexo I do Edital, não atendendo as exigências editalícias descritas nos itens 4.2.1 e 4.9, como sejam:

4.2.1. A proposta deverá conter a discriminação do objeto, com as especificações descritas no Anexo I deste Edital.

4.9. Não será aceita oferta de objeto com especificações diferentes das indicadas no Anexo I do Edital.

2. A recorrida adotou alíquotas de PIS e COFINS, no cálculo do BDI, com base na tributação de incidência cumulativa, não coerente para empresas tributadas pelo Lucro Real para o IRPJ e CSLL, bem como, adotou a alíquota de 2,5% para o imposto ISS, ao invés de 5%, conforme a legislação municipal de Salvador- BA, devendo ser enquadrada nos itens 2.7 e 4.4, como sejam:

2.7. A declaração falsa relativa à proposta de preços e ao cumprimento dos requisitos de habilitação e do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 sujeitará a licitante às sanções previstas na legislação.

4.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

Por todas as razões alinhavadas, verifica-se que a manutenção da decisão nos moldes que se encontra causa flagrante ofensa não só ao princípio da Isonomia, mas, principalmente, aos princípios da Vinculação ao

Instrumento Convocatório e do Julgamento Objetivo das Propostas, ambos constantes do artigo 3, da Lei nº 8.666/93, o qual vincula tanto a Administração quanto os administrados.

Aliás, a autoridade administrativa igualmente se subordina ao conteúdo do ato convocatório. É o que ensina o nobre doutrinador Marçal Justen Filho, em sua obra "Comentário à Lei de Licitações e Contratos Administrativos", 13ª Edição, 2009, pág. 70:

"A autoridade administrativa dispõe da faculdade de escolha, ao editar o ato convocatório. Porém, nascido tal ato, a própria autoridade fica subordinada ao conteúdo dele. Editado o ato convocatório, administrado e o interessado submetem-se a um modelo norteador de sua conduta. Tornem-se previsíveis, com segurança, os atos a serem praticados e as regras que os regerão."

Forçoso salientar que o STJ pacificou a vinculação das partes ao instrumento convocatório consoante ilustra o excerto abaixo colacionado:

"O princípio da vinculação ao instrumento convocatório se traduz na regra que o edital faz lei entre as partes, devendo os seus termos serem observados até o final do certame, vez que vinculam as partes." (STJ, 1ª Turma. RESP nº 354977/SC, Registro nº 200101284066. DJ 09 dez. 2003.p. 00213.)

Por todos os ângulos que se enxerga a questão, com a devida vênia, outra não deve ser a decisão senão a inabilitação da Empresa Recorrida.

III. DOS PEDIDOS

Por todo o exposto, requer:

a) O conhecimento do presente recurso para que, em seu mérito, seja julgado procedente para desclassificar e inabilitar a Recorrida Polo Arquitetura e Construção Ltda, para o presente Pregão, consoante à fundamentação supra;

b) Acaso Vossa Senhoria entenda que a decisão habilitatória e classificatória não deva ser reformada requer que sejam os autos encaminhados à Autoridade Competente para apreciação do pedido de reforma retroconsignado.

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

Natal, 31 de março de 2020.

Carlos Eduardo Machado
Marccary Engenharia LTDA
Representante Legal

Voltar **Fechar**

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRA RAZÃO :

AO PREGOEIRO DA SEÇÃO DE LICITAÇÕES DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 15682/2019
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2020

OBJETO: Contratação de serviços elétricos com fornecimento de material de consumo para manutenção corretiva dos circuitos de tomadas elétricas e iluminação, incluindo a instalação de rabichos e extensões nos locais de votação e apuração das Zonas Eleitorais da Capital do Estado da Bahia, visando à realização das Eleições de 2020.

REAL ENERGY LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 41.116.138/0001-38, com sede à Rua Beira Canal, 49, Bultrins, Olinda/PE, que participa do Pregão eletrônico supra mencionado, vem respeitosamente perante Vossa senhoria, através de seu Diretor, o Sr. Alberto Cardoso Correia Rego Filho, inscrito no CPF sob o nº. 588.363.304-87, apresentar suas CONTRARRAZÕES À RECORRENTE (MACCARY ENGENHARIA LTDA), à epígrafe, pelos fatos e fundamentos que passa a expor para, ao final, apresentar-se.

CONTRARRAZÕES:

Por causa da interposição de recurso administrativo em face da Real Energy, não aceitando-a como vencedora, bem como a tentativa de aviltar o Processo administrativo, acusando de fraude, no Pregão eletrônico nº 15/2020, o que faz a partir dos fatos e fundamentos que passa a expor:

I. DA TEMPESTIVIDADE:

Vale frisar, inicialmente, a tempestividade do presente, pois a publicação ocorreu em 31/03/2020 iniciando-se, pois, a contagem do prazo para sua representação em 01/04/2020.

Desta feita, sendo o prazo disposto de três dias, expirar-se-á o termo final em 03/04/2020. Donde conclui-se pela tempestividade.

II. DO RESUMO DOS FATOS

Diante da declaração de vencedora, a referida alega que:

I – A recorrida apresentou nas composições de preços, a descrição do objeto e do local diferente do que se dispõe;

II – A recorrida adotou alíquotas de PIS e COFINS, no cálculo de BDI, com base em tributação de incidência cumulativa, bem como adotou alíquota de 2,5% para o imposto de ISS, ao invés de 5%;

III – A recorrida se enquadra nos itens 2.7 e 4.4 do Edital, no que se tange à declarações desleais;

Nessa senda, é trazido oportunamente à lume questões de fato e de direito que levam o desmerecimento da participante.

III. DA DEFESA

Quanto ao item I apontado, a recorrida se equivocou no momento da escrita do objeto e do local, no que tange as páginas de composição de custos, entretanto, a mesma declarou concordância com todos os termos do Instrumento convocatório, bem como a Proposta de preços apresentada destrinchando consolidação de todos os itens previstos para executar o objeto disposto.

De igual modo, no que toca o item II, a recorrida falhou na digitação no que se trata a porcentagem de 2,5 para o ISS, ao invés de 5%, na composição de B.D.I, qual não se altera, como não altera a característica da mesma de ter o menor valor global de oferta do certame.

Assim, assistindo o item III, compreende-se que a pretensão da recorrente do que menciona, que, no caso, vai de encontro à lisura, é de ocasionar o constrangimento da recorrida, como deslustrar a decisão proferida advinda.

IV. DOS REQUERIMENTOS

Bastando ver o que fora explicitado,
pleiteamos a o desmerecimento da MACCARY ENGENHARIA LTDA.

Olinda, Pernambuco, 03 de abril de 2020.

ALBERTO CARDOSO FILHO
DIRETOR - PRESIDENTE

Voltar Fechar

